

Baixe o App do CRECISP



FISCALIZAÇÃO CONJUNTA COMBATE OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA PROTEGIDA DE RIBEIRÃO PIRES

Em 18 de outubro de 2024, uma operação de fiscalização conjunta foi realizada no Grupo de Fiscalização Integrada - Billings (GFI-Billings), em Ribeirão Pires, São Paulo. O objetivo principal foi identificar e desmobilizar construções e loteamentos clandestinos em uma Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM-B), com o intuito de conter danos ambientais e coibir o crescimento de ocupações irregulares.

A ação, que contou com a participação de diversos órgãos públicos e entidades, visou atender a legislação ambiental e garantir a preservação dos recursos naturais da região. Entre os participantes estavam o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, a Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Pires, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), a Guarda Civil Municipal (GCM), a Empresa Energética de São Paulo (ENEL), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo (CREA-SP) e o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECI-SP).

Durante a operação, foram identificados sinais claros de ocupação clandestina, com lotes demarcados e construções em diferentes fases, em desacordo com as normas ambientais vigentes. Em resposta, estruturas não habitadas, muros e outras



infraestruturas de construção foram demolidos para impedir a continuidade dos loteamentos irregulares.

O relatório da fiscalização confirmou que a ocupação se caracteriza como uma infração ambiental, considerando as especificações legais que protegem a APP e a APRM-B. Não foram encontradas evidências de intermediação imobiliária formal, sugerindo que as transações no local não contaram com participação de corretores ou imobiliárias.

A operação também ressaltou a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para lidar com a questão, uma vez que a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social na área demanda ações coordenadas para equilibrar as necessidades de preservação ambiental com o suporte social adequado. O caso evidencia a importância da cooperação entre órgãos ambientais, de segurança pública e entidades de classe para garantir o cumprimento da legislação e preservar as áreas naturais frente a ocupações irregulares.

